

Corrente Proletária na Educação



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: (11) 95446-2020



pormassas.org |



fb.com/massas.por |



@massas.por

Nº03/2023 | APEOESP | 23/01/23

Posição do POR diante da tentativa de golpe de 8 de janeiro

A ameaça de golpe veio se gestando antes, durante e depois das eleições presidenciais. Bolsonaro, um grupo de militares de alta patente e parlamentares de sua base aliada não admitiram transferir o poder ao Lula e à frente ampla burguesa. O problema estava em arregimentar forças na burguesia e na classe média, e contar com apoio externo de uma fração do imperialismo. O que não foi possível. O movimento articulado por poderosos setores burgueses e institucionais em torno à bandeira de “Defesa da Democracia e do Estado de Direito” indicou às Forças Armadas que não poderiam incentivar uma aventura golpista. Nesse mesmo sentido se pronunciaram as potências, sob a orientação dos Estados Unidos.

No entanto, a fração mais radical do bolsonarismo manteve o curso da contestação golpista. Embora a tentativa de golpe do dia 8 de janeiro não tenha prosperado e se configurado como uma aventura, ficou ainda mais clara a debilidade do novo governo, que terá de lidar e conviver com conspira-

dores da ultradireita.

Somente a classe operária pode dirigir um movimento de maioria oprimida contra as posições e organizações da ultradireita, sem, por isso, deixar de lutar contra todas as variantes da política burguesa, que inclui o pseudorreformismo encarnado pelo PT. A Corrente Proletária na Educação/POR se coloca por libertar os sindicatos das direções que os submetem e os perfilam por detrás da governabilidade burguesa, em nome da “democracia”. Vencer o golpe significa, na prática, se opor à derrubada, pela via totalitária, do governo eleito, mas não significa, para a política do proletariado, sustentá-lo e nem deixar de combatê-lo sob a estratégia da revolução proletária.

Abaixo a tentativa de golpe de Estado! Pela luta independente da classe operária por seu programa e estratégia própria de poder! Constituir uma oposição revolucionária ao governo de Lula! ■

Novo piso salarial nacional mantém o magistério na miséria

Logo que tomou posse do Ministério da Educação, o petista Camilo Santana tratou de publicar o reajuste de 14,95%, passando de R\$ 3.845,00 para R\$ 4.420,55, para uma jornada de 40 h-relógio, ao educador com formação de nível médio. Trata-se da aplicação de uma correção tal como determina a Lei do Piso.

Toda vez que o governo federal anuncia a correção do Piso Nacional do Magistério, governadores e prefeitos se colocam contra a concessão do valor. Foi o que fez, agora, a Confederação Nacional de Municípios, que orientou os prefeitos a ignorarem o aumento anunciado, defendendo a correção pela inflação, estipulada em 5,93%, sempre em nome de não “quebrar” as finanças dos municípios.

O fundamental está em que os salários dos professores acumulam perdas volumosas. Em São Paulo, a direção da Apeoesp diz que a campanha salarial de 2023 tem de incorporar o pagamento de 10,15%, referente ao reajuste de 2017, mais 33,14% de 2022, e os 14,95% da Lei do Piso desse ano.

A luta pela exigência do cumprimento da Lei do Piso este ano tem uma particularidade: a correção de 14,95% foi determinada pelo governo do PT. A CNTE e os sindicatos controlados pelas direções petistas não vão reclamar do valor estipulado. Vão apenas se limitar à pressão para que governadores e prefeitos cumpram a Lei. Abandonaram na prática o discurso em torno ao salário mínimo do DIEESE, que está

em R\$ 6.647,63, justamente porque agora o PT é governo.

No caso de São Paulo, como o estado está nas mãos do bolsonarista Tarcísio de Freitas, o combate se voltará ao governador. Este já se pronunciou contra conceder o índice de 14,95%, alegando que o estado já paga mais do que o Piso nacional – o que não passa de uma manobra, pois se trata da farsa da “Nova Carreira”, com a imposição do regime de subsídios, que serviu para o governo retirar direitos históricos, como quinquênio e sexta-parte.

A direções sindicais, porém, sequer poderão usar a denúncia de que Tarcísio rejeita conceder o reajuste, enquanto seu salário e de seus secretários foi corrigido em 50%, medida que contou com o voto favorável do PT.

A direção da Apeoesp e dos demais sindicatos têm a tarefa de convocar, logo no início do ano letivo, uma assembleia. Para isso, é preciso reorganizar o trabalho nas regionais, romper a passividade, traçar um plano de visita às escolas e realizar as reuniões presenciais de representantes de escolas, visando uma assembleia massiva. Isso para aprovar coletivamente o caminho da luta pela reposição salarial. O que implica rejeitar a via da pressão parlamentar e da judicialização.

Um poderoso movimento em São Paulo potencializará a luta em outros estados, o que obrigará a direção da CNTE a sair do discurso demagógico e a se colocar pela organização de uma greve nacional em defesa dos salários. ■

PELO FIM DA GUERRA NA UCRÂNIA

A classe operária em todo o mundo deve se colocar pelo fim imediato da guerra na Ucrânia. Deve, igualmente, lutar contra suas consequências, que recaem sobre os explorados, na forma da alta do custo de vida, de desemprego, de fome e miséria. Lutemos por: fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, fim das sanções econômicas dos Estados Unidos à Rússia, autodeterminação, integralidade e retirada das tropas russas da Ucrânia. Pelo fim da guerra sem os imperativos dos Estados Unidos, da União Europeia e da OTAN, por uma paz sem anexação.

Segue a luta por uma nova atribuição de aulas, que seja presencial e garanta que nenhum professor fique desempregado

Centenas de professores compareceram, no dia 11/1, em frente à Seduc para denunciar os graves equívocos do atual processo de atribuição de aulas, e lutar por uma nova atribuição, que seja presencial, com as devidas correções. Foi, na verdade, a terceira manifestação sobre a mesma questão – as outras duas ocorreram nos dias 27/12/22 e 4/1/23.

O novo governo, de Tarcísio e Feder, se pronunciou sobre a questão, dizendo que não anularia o processo. Publicou, nos últimos dias, as Portarias CGRH nºs 1, 2 e 3, tentando desviar a atenção do professorado, enquanto mantém as gritantes irregularidades da atribuição.

A direção da APEOESP manteve o calendário de mobilização, com realização do Conselho Estadual de Representantes no dia 30, quando supostamente se decidirá por uma data de assembleia. Tudo muito tardio, tendo em vista a urgência do tema.

A Corrente Proletária na Educação participou de todos os atos e continua trabalhando pela vitória dessa importante mobilização. Tem cobrado com insistência a ampla convocação de uma assembleia e defendido um programa de reivindicações que busca englobar os principais problemas sofridos pelo magistério paulista, tomando como ponto de partida as questões imediatas, relacionadas ao processo de atribuição, ligando-as às questões mais gerais. ■

É urgente construir uma direção combativa entre os terceirizados

Dois exemplos atuais de luta dos trabalhadores terceirizados revelam a necessidade de superar as direções conciliadoras que hoje representam essas categorias, e construir novas direções classistas, combativas e democráticas, de modo a recuperar os sindicatos para as mãos dos próprios trabalhadores, como suas ferramentas de combate. Um dos casos se passou em Caieiras, o outro em Mauá.

A empresa Torres Vianna, em dezembro de 2022, demitiu as trabalhadoras da cozinha das escolas estaduais da Diretoria de Ensino de Caieiras. As trabalhadoras se mobilizaram e até tentaram realizar uma manifestação em protesto. A direção do sindicato (SINTERCOJ), sob a pressão das bases, fez tão somente uma reunião com a empresa na Diretoria de Ensino. Nada mais. Uma vergonha! A empresa, buscando desarticular a movimentação, fez alguns pagamentos que estavam atrasados, deixando os demais empregados sem receber.

Nos dias 12/12/22 e 9/1/23, os funcionários da empresa terceirizada Dinamic compareceram à Diretoria de Ensino de Mauá para cobrar os seus salários atrasados e os direitos, como vale-transporte, refeição e todos os outros, a exemplo do FGTS, que foi descontado em folha e não foi depositado. A proprietária da Dinamic esteve presente e foi convocada pelo dirigente de ensino a dar esclarecimentos. Segundo a empresária, o não pagamento dos salários se deu por falta de dinheiro. Pediu um prazo, o que gerou uma revolta dos terceirizados.

Depois de idas e vindas, inclusive com uma reunião na Secretaria da Educação, com a presença da direção do sindicato (SIEMACO), a empresa tentou dividir o movimento pagando o salário para apenas uma parte das trabalhadoras. O que resultou em novo protesto no dia 18/1, na DE-Mauá.

Os métodos e as reivindicações para o movimento ser vitorioso

As direções sindicais têm depositado todas as fichas na via da judicialização e da pressão parlamentar, além de manter as lutas isoladas, com uma política corporativista. Está aí o caminho da derrota! Do ponto de vista das reivindicações, propõem um programa rebaixado, cobrando algumas migalhas dos patrões/governos, visando comparecer diante das próprias bases com um discurso de vitória. Enquanto isso, mantém um controle burocrático sobre os sindicatos, impedindo a livre expressão e a organização desde a base dos trabalhadores. É o que vemos na APEOESP, na AFUSE, nos sindicatos das terceirizadas (como o SIEMACO), nas centrais etc. Essa realidade revela um problema mais profundo, que é a crise de direção revolucionária.

Nós, da Corrente Proletária na Educação/POR, defendemos a organização coletiva dos trabalhadores, no campo da independência de classe, seguindo o princípio da democracia operária e com o método da ação direta (greves, manifestações de rua, ocupações etc.). Para isso, precisamos trabalhar pela mais ampla unidade dos lutadores, unindo empregados e desempregados, da iniciativa privada e os do sistema público, efetivos e contratados, da ativa e aposentados, enfim, erguer o combate do conjunto dos explorados por suas reivindicações.

É preciso tomar como ponto de partida as bandeiras mais concretas e fazer a ponte com as necessidades históricas mais gerais. No caso da luta dos trabalhadores da Educação paulista (efetivos, estáveis, contratados e terceirizados), está colocado construir a mobilização em torno às seguintes reivindicações:

1) cancelamento da atribuição, com o fim da distorção da jornada como fator classificatório; 2) redução da jornada, com o máximo de 20 aulas, sem redução de salário; 3) reabertura das salas/turnos/escolas fechadas, do ensino regular e da EJA; 4) máximo de 25 alunos por sala; 5) nenhum professor desempregado, dividir as aulas entre todos aptos a trabalhar; 6) estabilidade para todos; 7) reposição das perdas inflacionárias acumuladas; 8) que o piso salarial da categoria não seja inferior ao salário mínimo do DIEESE, hoje calculado em R\$ 6.647,63; 9) trabalho igual, salário igual – abaixo as discriminações no seio da categoria; 10) fim do PEI e do EaD; 11) revogação da farsa da “Nova Carreira”; 12) abaixo a reforma do ensino médio/BNCC; 13) fim da privatização e da terceirização; 14) não à precarização dos serviços públicos; 15) em defesa do sistema único de ensino público, para todos e em todos os níveis, gratuito, sob o controle dos estudantes e trabalhadores, vinculado à produção social. ■

Depois desse protesto, segundo informações, o governo encerrou o contrato da empresa.

As empresas que prestam serviços ao governo praticam a mesma política: pagam salários de fome, exploram o máximo possível, atrasam os salários e cesta-básica, demitem quando lhe convém e não pagam os direitos. O que ocorre em Caieiras ocorre também em Mauá, e outros lugares.

A Corrente Proletária tem mostrado a importância da luta coletiva e, principalmente, tem explicado a diferença entre uma direção sindical classista, e uma direção colaboracionista. É urgente construir uma direção combativa entre os terceirizados, e o primeiro passo está em colocar de pé uma oposição ao sindicato, reunindo as trabalhadoras que vêm despontando nessa luta, realizando um trabalho paciente de organização desde a base. ■